

**Agricultura familiar no município de Biritiba Mirim, SP:
perfil dos agricultores e da produção****Family Farmer Agriculture in the Municipality of Biritiba-Mirim, SP:
Profile of Farmers and Production**

Liliane Galdino da Silva¹
Renata Jimenez Almeida-Scabbia²
Luci Mendes de Melo Bonini³

Resumo: Por meio desta pesquisa, estudou-se a agricultura familiar no município de Biritiba Mirim, estado de São Paulo. Os objetivos propostos neste trabalho foram: estudar o perfil dos agricultores de Biritiba Mirim; o que estes produzem, e como gerenciam o negócio. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa de corte transversal. Dez agricultores responderam a um questionário que permitiu aos pesquisadores saber o que eles produzem, como gerenciam o negócio e se conhecem formas de financiamento. Os resultados mostraram que esses agricultores descendem de famílias agricultoras e que nem todos esperam o mesmo para seus filhos, mas entendem que há formas de expandir o negócio. O fato indica que pode haver algum tipo de incentivo para os descendentes continuarem o processo. Eles cultivam hortaliças e a maioria dos produtos são destinados diretamente aos fornecedores. Percebeu-se desconhecimento sobre programas de fomento aos agricultores familiares, o que significa que o município não desenvolve nem busca implementar políticas públicas voltadas para esclarecimentos acerca do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF).

Palavras-chave: Região do Alto Tietê; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; Políticas Públicas.

Abstract: This study was focused on family agriculture in the county of Biritiba-Mirim, São Paulo State. The objectives were to study the profile of farmers of Biritiba-Mirim, what they produce and to understand how they manage their businesses. This is an exploratory-descriptive research, with a qualitative cross-sectional approach. Ten farmers answered a questionnaire that allowed researchers to know what they produce, how they manage their business, and if they are aware about the financing programs. The results showed that these farmers are descendants from farming families and that not everyone expects the same to their children, but they understand that there are ways to expand their businesses. The fact indicates that there may be some kind of incentive for their offspring to continue the process. They grow vegetables and most of the products are intended directly for providers. There was a lack of knowledge about programs to promote family farmers, which means that the county does not develop or seek to implement public policies aimed at clarifying the Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).

Keywords: Alto Tietê National Region; Program for the Strengthening Family Agriculture; Public Policy.

¹ Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). Av. Dr. Cândido Xavier de Almeida e Souza, 200, CEP: 08780-911, Mogi das Cruzes, SP. E-mail: ludoeval@gmail.com

² Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). Av. Dr. Cândido Xavier de Almeida e Souza, 200, CEP: 08780-911, Mogi das Cruzes, SP. E-mail: renatascabbia@hotmail.com

³ Universidade de Mogi das Cruzes (UMC) Av. Dr. Cândido Xavier de Almeida e Souza, 200, CEP: 08780-911, Mogi das Cruzes, SP. E-mail: lucibonini@gmail.com

Introdução

A região do Alto Tietê Cabeceiras, onde se encontra Biritiba Mirim, situa-se entre a Serra do Mar e a Serra do Itapeti. Segundo Reis (2016), inicialmente as lavouras se caracterizavam por produtos como café, algodão, cana de açúcar e fumo. A partir da década de 1920, a migração japonesa desenvolveu a cultura do chá, cujo auge se deu com as exportações durante a Segunda Guerra. Paralelamente ao chá, esses imigrantes passaram a cultivar batata e repolho, e viu-se o florescimento da horticultura, até a década de 1980. Nos dias atuais, ainda verifica-se a participação do município na produção de hortifrutigranjeiros do estado de São Paulo e do País (REIS, 2016).

Este trabalho aborda a agricultura familiar, uma das principais fontes de renda do município de Biritiba Mirim, SP. Parte-se das seguinte problemáticas: Em que medida os agricultores do município de Biritiba Mirim compreendem a importância de seu negócio? Como as famílias se envolvem com a produção? É possível viver e manter a produção passando de pai para filho?

Os objetivos são estudar o perfil dos agricultores de Biritiba Mirim, estudar o que produzem e compreender como gerenciam seu negócio.

A fim de se atingir os objetivos, foi realizada pesquisa de campo com dez agricultores do município de Biritiba Mirim, por meio da aplicação de questionário que permitiu conhecer o perfil desses agricultores, caracterizar o que eles produzem e compreender obstáculos e desafios enfrentados ao gerenciar seu negócio.

Agricultura familiar em Biritiba Mirim

O município de Biritiba Mirim possui 317.406 Km² e uma população estimada em 2015 de 31.793 habitantes. O IDHM é de 0,712. O salário médio mensal é de 2.200 reais, 36,1% da população recebe meio salário mínimo. O município ocupa o 130º lugar no estado de São Paulo e o 3.333º entre os municípios brasileiros, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018).

Na região, a agricultura desponta com números significativos tanto para o estado de São Paulo quanto para o país. A plantação de alface representa 48,20%, da produção do estado de São Paulo e 18% da brasileira. O cultivo de agrião é

responsável por 68,2% da produção no estado. As hortaliças em geral (170 itens) representam uma participação de 45%, também no estado. Outros produtos, como os cogumelos, por exemplo, têm grande representatividade: 68,4% no estado e 55,76% no País. O caqui, tem 48,17% no estado e 20,22% no país. A nêspera tem 85,18% no estado e 40,92% no país. As orquídeas projetam-se no panorama estadual com 89,56% e no Brasil com 78% (REIS, 2016).

A atividade mais importante no município é a agropecuária, que ocupa uma área de 6.972 hectares, dos quais aproximadamente 3.800 são destinados à lavouras (IBGE, 2018). A maioria das propriedades produz várias hortaliças, porém concentram-se em alface e agrião. Biritiba é o maior produtor de agrião no estado de São Paulo (REIS, 2016).

A agricultura familiar floresce neste contexto no município de Biritiba Mirim, e pode ser considerada um universo bastante heterogêneo, seja em termos de disponibilidade de recursos, seja em acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e acumulação. Essa diversidade é também regional em todo o país (BUAINAIN *et al.*, 2003).

A agricultura familiar, segundo o Ministério do Abastecimento, constitui-se como a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes e corresponde a 35% do PIB brasileiro. Destaca-se, assim, sua importância econômica para o abastecimento do mercado interno e para o controle da inflação nessa área (BRASIL, 2016).

Segundo (BUAINAIN *et al.*, 2003 p.319):

Os fatos e a história mostram claramente que, apesar de todas as mudanças ocorridas e das oportunidades perdidas, ainda se faz necessário no país, como condição para a eliminação da pobreza e de suporte essencial a um processo de redistribuição dinâmica da renda, um projeto de desenvolvimento rural apoiado na produção familiar.

O governo vem incentivando os pequenos agricultores desde o momento em que foi promulgada a Lei 11.326 de 2006, que instaurou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e que instituiu linhas de crédito para facilitar o desenvolvimento do negócio.

Segundo essa lei:

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo.

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.^{4 5}(...) (BRASIL, 2006).

Assim devidamente conceituados os agricultores, percebe-se a grande diversidade destes encontrada no cenário nacional, confirmando-se que a agricultura familiar é favorece o crescimento econômico do país, pois gera trabalho e renda para parte da população. Dessa forma, merece ser alvo de políticas públicas voltadas para a ampliação das oportunidades de inclusão dos trabalhadores do setor no processo do desenvolvimento local e nacional (TOLA & OLIVEIRA, 2009).

Delgado e Bergamasco (2017) entendem que, em tempos passados, o campo esvaziou-se de trabalhadores, uma vez que a concepção de mundo rural estava associada à ideia de espaço periférico. Atualmente, no entanto, já se reconhece, no Brasil, que uma nova forma de vida no campo pode conduzir a um novo modelo de desenvolvimento, alicerçado na agricultura familiar em toda diversidade e particularidade das comunidades tradicionais.

Método

Esta pesquisa é de caráter exploratório-descritivo com abordagem quanti-qualitativa e de corte transversal. O questionário foi elaborado com 22 questões e aplicado entre setembro e dezembro de 2016. Foram sujeitos da pesquisa dez

⁴ Segundo a EMBRAPA, módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município, levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares.

⁵ No caso de Biritiba Mirim o módulo fiscal é de 5 hectares (INCRA). Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: 29 mar. 2018.

agricultores que aceitaram participar e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, antes de responder às perguntas. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da UMC sob nº. 1.579.224, de 2016.

Resultados e discussão

Os agricultores estavam assim divididos com relação à idade: um tinha entre 21 e 25 anos, seis tinham entre 40 e 41 anos e três entre 41 e 60 anos de idade.

Perfil dos agricultores

Os resultados demonstram que a agricultura familiar faz parte da vida dessas pessoas (Quadro 1). Essa tendência vem crescendo cada vez mais, pois perpassa toda a história da família, passando de geração a geração.

Entre os participantes, seis deles estão há mais de dez anos na agricultura, dois deles há mais de cinco anos e os outros dois há menos de cinco anos, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 1: Tempo de trabalho como agricultor.

Tempo de trabalho como agricultor	Participantes
Menos de 5 anos	2
Mais de 5 anos	2
Mais de 10 anos	6
Total	10

Fonte: dados da pesquisa.

Alguns desses agricultores já vêm de famílias que estão no ramo: nove declararam que tiveram pais que trabalham ou trabalharam no ramo da agricultura. De acordo com Abramovay (2001), geralmente isso ocorre quando os filhos que permanecem nas propriedades paternas têm formação educacional precária. Neste sentido, buscou-se compreender se os participantes desejavam o mesmo destino para seus filhos. Quando questionados se queriam que os filhos continuassem na profissão, seis deles afirmaram que gostariam e quatro disseram que não gostariam.

O nível de escolaridade dos participantes apresentou-se assim dividido: seis têm apenas ensino fundamental, enquanto quatro têm Ensino Médio. Um participante afirmou que fez dois cursos: um de uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e um de capacitação rural.

A renda mensal desses agricultores, conforme percebeu-se no estudo, é sempre pouco mais do que o salário mínimo, conforme as respostas obtidas dos participantes. De acordo com Mattei (2006, *apud* WANDERLEY, 2017, p. 73), para efeito de participação do PRONAF, a agricultura familiar é dividida da seguinte forma:

Grupo A: constituído pelos agricultores assentados por meio de reforma agrária; **Grupo B:** agricultores com baixa produção e pouco potencial de aumento, no qual também estão incluídos indígenas e quilombolas. Os demais **grupos, C, D e E**, correspondem aos produtores que dispõem de melhores níveis de renda bruta familiar ou com potencial para atingir esses índices (MATTEI, 2006, *apud* WANDERLEY, 2017, p. 73).

Schneider e Cassol (2017) entendem que a agricultura familiar vem sendo revalorizada. Os autores destacam o importante papel desta nas economias locais, razão pela qual ganham relevância política e abrem espaços para a criação de programas de políticas públicas.

O que produzem

Os participantes produzem principalmente folhagens (Quadro 2).

Quadro 2: Cultivo de hortaliças por dez produtores familiares, no município de Biritiba Mirim, SP.

Produtor	Principais produtos
1	Couve, cheiro verde
2	Cheiro verde, couve, alface
3	Couve, alface, cebolinha
4	Couve, alface e maçaria
5	Batata doce, repolho, jiló, feijão, couve, abóbora, pepino
6	Folhagens
7	Alface, verduras em geral
8	Verduras
9	Couve e maçarias ⁶
10	Verduras em geral

Fonte: Dados da pesquisa.

⁶ Os agricultores chamam de maçaria as verduras vendidas em maço: couve, agrião, cheiro verde, hortelã.

Essa produção, segundo oito dos participantes, é vendida para um fornecedor. Os dois outros participantes vendem para todas as modalidades, ou seja fornecedores, que eles denominam barracão, e população em geral (Quadro 3).

Quadro 3: Destinatário das vendas

Tipo de venda	Número de agricultores
Fornecedor	8
Vende para todas as modalidades	2
Total	10

Fonte: Dados da pesquisa

As hortaliças, geralmente, são mais simples de serem cultivadas e processadas. O cultivo exige menos cuidados dos agricultores. A colheita da produção é prática e rápida. Explica-se assim a importância das hortaliças para a agricultura familiar (GUILHOTO *et al.*, 2007).

O período em que a colheita é mais farta é entre dezembro e abril, principalmente no verão. O período em que a produção é menor é no inverno, dadas as condições climáticas da região.

O modo de viver e de produzir no campo conduziu, historicamente, à exclusão social no Brasil, principalmente pela forma como foi implantada no país a moderna agricultura, afirma Wanderley (2017). A autora diz ainda que esse fato fez emergir o reconhecimento da necessidade de implantação do PRONAF, cujos impactos positivos são reconhecidos por analistas do governo.

Todos os entrevistados usam agrotóxicos e também equipamentos de segurança individuais (EPIs) necessários em seu plantio. Esses produtos são essenciais para o desenvolvimento das hortaliças, pois a demanda exige que a colheita tenha bastante rotatividade. Os participantes afirmaram que os descartes das embalagens de agrotóxicos são feitos corretamente nos postos de coleta e venda dos mesmos. Dessa forma, evitam o envenenamento do meio ambiente e das pessoas.

No Brasil, cada região tem uma forma de proteção e prevenção de todo o plantio, demonstrando como se dá a utilização de agrotóxicos e também como ocorre o cultivo, o consumo e a venda dos produtos (LIMA *et al.*, 2009).

Perfil do negócio: obstáculos e desafios a serem enfrentados

Nem todos os agricultores entrevistados para a elaboração deste trabalho possuem terras, como é demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 4: Perfil do negócio.

Propriedade agrícola		Tipo de Cadastro		Dependentes		Empregados	
Própria	3	Pessoa Física	5	Família	9	Sim	3
Arrendo	7	Sem cadastro	5	Ninguém	1	Não	7
Total	10	Total	10	Total	10	Total	10

Fonte: dados da pesquisa

Entre os entrevistados, sete entre esses desenvolvem suas atividades agrícolas em terras arrendadas. Os outros três são donos da propriedade. Com base em dados censitários do IBGE, Castro (2013) afirma que o arrendamento de terras vem crescendo em alguns estados. Em São Paulo, a agricultura familiar, além de garantir subsistência, gera farta produção destinada ao comércio em sacolões, varejões e centros de distribuição de cada região. Em Biritiba Mirim, de acordo com o censo agrário de 2006, a prática do arrendamento é comum. No município, 103 arrendatários produzem em uma área de 840 hectares (IBGE, 2018).

Entre os dez participantes da amostragem deste estudo, apenas um declarou não ter dependentes. Os demais declararam algum ou alguns familiares atuando como agricultores: irmãos, pais, mães, cunhados, sogras e primos. Observou-se, sem coleta de dados quantitativos, que alguns mantêm empregados, embora não tenham declarado se os registram. Altafin (2007) afirma que os principais geradores de postos de trabalho no meio rural são os estabelecimentos familiares.

Importante ressaltar que cinco dos entrevistados disseram atuar como pessoas físicas. Os outros cinco não possuem cadastro. A renda mensal declarada por todos é de mais de um salário mínimo.

Esses agricultores, por atuarem como pessoa física e por não terem cadastro, podem fazer muito pouco por seus negócios. Há meios de melhorar essa situação, uma vez que, existem programas de linhas de crédito rural com taxas atrativas no mercado, como por exemplo o PRONAF (GAZOLLA & SCHNEIDER, 2013). Por meio desses programas, o agricultor rural poderia melhorar em muito as suas expectativas sobre negócios e passar mais segurança para seus parceiros e companheiros de atividade.

Apenas três desses agricultores possuem financiamento bancário voltado para o seu empreendimento. Sete deles não recebem nenhum tipo de financiamento. Essa realidade deve-se ao fato de que os bancos não realizam empréstimos para empreendedores que não tenham Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Vale ressaltar que 50% dos entrevistados (cinco deles) têm seu negócio registrado, ainda que seja como pessoa física.

Sete agricultores interessaram-se em ter seu próprio negócio, com o objetivo de tornarem-se independentes. Dois deles são originários de famílias que vivem da produção agrícola e pretendem manter-se no ramo. Apenas um agricultor viu-se sem opção e entrou no ramo.

Schneider e Cassol (2017) afirmam que há uma enorme diversidade econômica e heterogeneidade social entre os agricultores familiares que produzem tanto para o próprio consumo quanto para a comercialização. Segundo os autores, apesar desses agricultores viverem em pequenas comunidades, eles não reproduzem a vida do campo. Cada vez mais, ampliam sua inserção social a partir de influências externas e de seus contatos com o mundo urbano. Schneider e Cassol (2017) acreditam que esse fato ocorra por influencia do incentivo dado pelo PRONAF.

Entre o público entrevistado, sete dos agricultores já pensaram em desempenhar outro tipo de atividade econômica. Apenas três deles não manifestaram desejos de mudança.

Quando questionados se mudariam de ramo, os sete que responderam afirmativamente manifestaram-se da seguinte maneira:

Sim, [por] falta ajuda financeira do governo.
Sim, [por causa das] dificuldades.
Sim, [por] falta de vendas, desperdício de verduras devido à falta de clientes [crise].
Sim, [por causa do] pouco apoio do governo
Sim, porque é um trabalho ingrato, sofrido.
Sim, porque mexer com pessoas é complicado.
Sim, [pelas] dificuldades [enfrentadas] no plantio.

Dos três que disseram não, apenas um justificou-se:

Não, porque gosto do que faço.

Ainda entre os desafios enfrentados por esses agricultores está o racionamento de água para o plantio. A preservação do meio ambiente é fundamental para a agricultura. Preocupado com essa realidade, os participantes afirmaram que fazem racionamento de água. Essa prática demonstra que os ecossistemas naturais também são percebidos como um patrimônio familiar, fato este observado também por Altafin (2007).

Conclusão

Por meio desta pesquisa teve-se por objetivos: 1) estudar o perfil dos agricultores de Biritiba Mirim; 2) estudar o que eles produzem, e 3) compreender como eles gerenciam seu negócio. Acredita-se que esses objetivos foram alcançados, na medida em que se identificou e caracterizou esses agricultores: viu-se que em sua grande maioria são pessoas que descendem de pais ou familiares que atuam mesma profissão; percebeu-se que nem todos esperam que seus filhos deem continuidade ao mesmo tipo de trabalho, mas que, em contrapartida, todos entendem que existem formas de expandir o negócio.

Os resultados demonstraram que eles produzem verduras e a maioria de seus produtos tem destinação direta para fornecedores, os quais são chamados por eles de “barracões”. Todos afirmaram que o volume de vendas varia de acordo com os períodos do ano. Por essa razão, esses agricultores buscam formas de evoluir e de vender para outras localidades. Para tanto, eles procuram por mais instrução, por meio de cursos que os orientem a lidar com fertilizantes e defensores agrícolas.

Muitos reclamam da ausência de ações do governo voltadas para o tipo de atividade que empreendem. Porém, como não possuem cadastro, torna-se difícil a obtenção de linhas de financiamento. Entendeu-se que eles desconhecem o PRONAF e suas vantagens. Deduz-se daí que o município de Biritiba Mirim precisa criar políticas públicas de formação para os agricultores familiares, a fim de que estes possam se profissionalizar, compreender melhor sobre políticas públicas existentes para o setor e receber financiamentos para a melhoria de seus empreendimentos. Acredita-se que, ao usufruírem dos benefícios proporcionados por esse tipo de política pública, o agricultor iria sentir-se motivado a incentivar os filhos a dar continuidade a seus empreendimentos.

Pelos resultados da pesquisa, percebeu-se que o nível de escolaridade do público entrevistado está entre o Ensino Fundamental e o Médio. Propõe-se, portanto, uma política de formação humana voltada para a agricultura, para a realização de cadastro e para a compreensão mais aprofundada dos mecanismos de obtenção de financiamento do PRONAF e dos benefícios oferecidos por meio desse programa. Pode-se inferir que, a partir dessa iniciativa, os resultados viriam em forma de melhoria não só para o negócio, mas também para a qualidade de vida da família no campo e, ainda, como meio de manutenção do empreendimento para as futuras gerações.

Por fim, mas não menos importante, percebeu-se ainda a falta de políticas voltadas para a criação de associações e / ou sindicatos por intermédio dos quais esses produtores pudessem trocar ideias. A criação de uma associação possibilitaria maiores oportunidades de apresentação dos produtos, de realização de cursos específicos para o cultivo de cada espécie, assim como para a venda e o escoamento da produção.

Referências

ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: http://mstemdados.org/sites/default/files/Reflexões%20sobre%20o%20conceito%20de%20agricultura%20familiar%20-%20Iara%20Altafin%20-%202007_0.pdf. Acesso em: 9 mar. 2018.

BIRITIBA MIRIM. **Plano municipal de desenvolvimento rural sustentável de Biritiba Mirim**. 2010-2013. Biritiba Mirim. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. O que é a agricultura familiar? Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário/CASA CIVIL. 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>. Acesso em: 9 mar. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE**. Cidades: Biritiba Mirim. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/biritiba-mirim/panorama>. Acesso em: 9 mar. 2018.

BRASIL. Lei 11.326 de 2006. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-norma-actualizada-pl.html>. Acesso em: 20 mar. 2017.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, jul/dez 2003, p. 312-347. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5434>. Acesso em: 9 mar. 2018.

CASTRO, Luís Felipe P. **O arrendamento rural na agricultura familiar: dimensões e lógicas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Universidade de Brasília. Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, 2013.

DELFINI, S. T.; DE OLIVEIRA, J. T. A. Agricultura familiar e empreendedorismo: análise e avaliação do programa de formação de jovens empresários rurais (PROJOVEM). **Revista Ceres**, Viçosa, v. 56, n. 6, nov/dez, 2009. Disponível em: <http://www.ceres.ufv.br/ojs/index.php/ceres/article/view/3493>. Acesso em: 9 mar. 2018.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 51, n. 1, p. 45-68, jan./mar 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 mar. 2018.

GUILHOTO, J. J. M.; ICHIARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C. R.; MOREIRA, G. R. C. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. In: XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2007, Recife. **Trabalhos aprovados no XXXV Encontro Nacional de Economia**. Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2018.

LIMA, P. O.; DUARTE; L. S.; SOUZA, A. Z. B.; AQUINO, T. M. F.; OLIVEIRA, C. S. Perfil dos produtores rurais do município de Quixeramobim no Estado do Ceará. **Revista Caatinga**, v. 22, n. 4, p. 255-259, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/caatinga/article/view/1389>. Acesso em: 9 mar. 2018.

REIS, S.D.G.M. **Políticas públicas para a agricultura familiar: o PNAE na região do Alto Tietê – SP**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade de São Paulo – USP. Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, São Paulo, 2016

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, RJ. n. 16 (abr. 2001), p. 164-184, 2001. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/149043/000183492.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2018.

SCHNEIDER, S. e CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. In. DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

WANDERLEY, M. N. B.. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In. DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.